

A 2ª COMISSÃO
Em 26 / 05 / 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa de Alagoas
Gabinete do Deputado Estadual Ronaldo Medeiros

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
Protocolo Geral de Entrada
Processo nº 001221
Maceió, AL, 22 / 05 / 2015
Assinatura: [Assinatura]

A PUBLICAÇÃO
Em 26 / 05 / 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE

LIDO NO EXPEDIENTE
Em 26 / 05 / 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 62 /2015

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA
O INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, o INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL, com sede na Rua Dr. Ciridião Durval, nº 72, Casa 2, Farol, CEP 57.051-230, Maceió-AL., entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 17.630.105/0001-27, fundada em 21 de setembro de 2012.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió,
15 de abril de 2015.

[Assinatura]
JOSÉ RONALDO MEDEIROS
Deputado Estadual

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
Em 02 / 07 / 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
Em 02 / 07 / 2015
[Assinatura]
PRESIDENTE



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa de Alagoas
Gabinete do Deputado Estadual Ronaldo Medeiros

JUSTIFICATIVA

O INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL nasceu a partir do desejo de um grupo de pessoas sensíveis com a questão social, especialmente da criança, do adolescente e da pessoa idosa, visando reivindicar seus direitos como transporte público, água, saúde, educação, segurança e outros necessários ao bem estar da população.

O INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL também exerce atividades de promoção da cidadania, através da realização de palestras, divulgação de materiais, como vídeos, folhetos, jornais e outras publicações e recursos audiovisuais com fins de agregar pessoas, visando o conforto e crescimento do ser humano do ponto de vista da cidadania.

O INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL é um instrumento de conscientização das pessoas, através do estímulo para a participação em atividades educativas, esportivas e organizacionais, visando a melhoria da qualidade de vida de todos os alagoanos.

Sem dúvida que se trata de uma entidade de grande importância social, especialmente para pessoas que necessitam de proteção social, em razão de sua vulnerabilidade, bem como para todos os cidadãos do município de Maceió e que trará enormes benefícios para todos os alagoanos e brasileiros.

Diante do exposto, solicitamos dos nossos insígnos pares, a sensibilidade, a solidariedade e o dever cívico e político, no sentido de votarem o presente projeto de lei, tornando o INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL de **UTILIDADE PÚBLICA**, a fim de que possa dar continuidade a tão importante trabalho, buscando o apoio necessário dos órgãos competentes, no sentido de fazer parcerias saudáveis em favor das pessoas atendidas pelo instituto, como forma de promoção social.

JOSÉ RONALDO MEDEIROS
Deputado Estadual

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 02/07/2015

PRESIDENTE

APROVADO

Em 02/07/2015

PRESIDENTE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 035185

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo nº - 001221/15

Relator: Deputado Sergio Toledo

Recebemos para emitir parecer o Projeto de Lei nº 62/15, de autoria do Senhor Deputado Ronaldo Medeiros, que considera de Utilidade Pública o INSTITUTO BEM ESTAR, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e foro na Rua Dr. Ciridião Durval, nº 72, Casa 2, Farol, Município de Maceió/Alagoas. Fundada em 21 de setembro de 2012.

Examinando a matéria, constatamos que o pedido de Utilidade Pública atende aos requisitos constantes da Lei nº 5.355 de 23 de junho de 1992, alterada pela Lei nº 7.052, de 09 de junho de 2009.

Face à legalidade da proposição, nosso parecer é favorável a sua aprovação.

É o parecer.


SALA DAS COMISSÕES JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 02 de Setembro de 2015.

PRESIDENTE

RELATOR

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.630.105/0001-27 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/01/2013
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO R DR CIRIDIAO DURVAL	NÚMERO 72	COMPLEMENTO CASA 2	
CEP 57.061-230	BAIRRO/DISTRITO FAROL	MUNICÍPIO MACEIO	UF AL
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/01/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **11/03/2013** às **13:03:02** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Página: 1/1

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL

Aos 21 de setembro de 2012, na sede provisória do Instituto de Bem Estar Social, localizada na Rua Dr. Ciridião Durval, nº 72, Casa 2, Farol, Maceió-AL, estavam presentes os convocados, através de edital publicado no dia 10 de setembro de 2012, para deliberarem sobre a seguinte pauta: fundação do Instituto Associação de Bem Estar social, leitura e aprovação do Estatuto da entidade, eleição, posse e duração do mandato da diretoria provisória e conselho fiscal e informes gerais, foi deliberado pela assembleia o seguinte: 1) Fica aprovada por unanimidade a fundação do Instituto de Bem Estar Social, 2) Fica aprovado o Estatuto proposto na Assembleia e foram eleitos os seguintes sócios fundadores para os cargos que compõem a diretoria: Presidente: **SANDRA CAVALCANTE DIAS**, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG nº 162026 SSP/AL e do CPF nº 087.655.454-00, residente e domiciliada na Rua Dr. Ciridião Durval, nº 72, Casa 2, Farol, Maceió-AL, Tesoureira: **GIOVANA ANDREATTO NOGUEIRA**, brasileira, casada, assessora de comunicação, portadora do RG nº 1225793 SSP/AL e do CPF nº 000.963.584-08, residente e domiciliada na Rodovia AL 101 Norte, nº 9651, Guaxuma, Maceió-AL, Secretária: **THAYSE DE PAULA ARAÚJO SIMAS**, brasileira, casada, estudante, portadora do RG nº 30161622 SSP/AL e do CPF nº 077.185.044-17, residente e domiciliada na Rua Balbino Lopes, nº 11, Vergel do Lago, Maceió-AL, bem como para compor o Conselho Fiscal que terá a seguinte composição: Presidente: **SURHAMA JAYARA GUEDES DA SILVA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG nº 3221260-7 SSP/AL e do CPF nº 099.097.404-94, residente e domiciliada no Conjunto Residencial Benedito Bentes I, Rua 32, QD. A 32, nº 215, Maceió-AL, como segundo membro: **LEONARDO GUILHERME PALMEIRA XAVIER DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 3272784-4 SSP/AL e do CPF nº 084.445.024-30, residente e domiciliado na Rua Aminadab Valente, nº 450, Trapiche da Barra, Maceió-AL, e como terceiro membro: **ARABELA CAVALCANTE DIAS MALTA MARQUES**, brasileira, casada, estudante, portadora do RG nº 2000003030967 SSP/AL e do CPF nº 057.639.334-78, residente e domiciliada na Rua Dr. Ciridião Durval, nº 72, Casa 2, Farol, Maceió-AL. Após as deliberações de fundação, aprovação do Estatuto e eleição e posse da diretoria provisória e conselho fiscal, foi aberta a discussão sobre o prazo de duração do mandato, tendo sido deliberado pela assembleia que o mandato da diretoria provisória será de um ano, após o que a diretoria convocará nova assembleia para realização da eleição da diretoria que exercerá o mandato nos termos do estatuto da entidade. Nada mais tendo a tratar, a presidente eleita fez uma saudação, agradecendo a todos os presentes, dando por encerrada a assembleia, sendo lavrada a presente ata que vai por mim **THAYSE DE PAULA ARAÚJO SIMAS** assinada e pelos membros eleitos para a diretoria e o conselho fiscal, indo anexa a relação dos presentes na assembleia.

Decisão por unanimidade

2º OFÍCIO

Silvania Vieira Lira Alexandre
2º Ofício de Notaria e Registro de
Títulos e Documentos e Juízo de
Recursos do
Município de Maceió - Alagoas - CEP: 57020-200

Thayse de Paula Araújo Simas

Sandra Cavalcante Dias

Giovana Andreatto Nogueira

Surhama Jayara Guedes da Silva

Paula

Arabela Cavalcante Dias Malta Marques

1º OFÍCIO

Mirabel Alves Rocha
Advogado
OAB/AL 4489

ESTATUTO DO INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º – O INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL, fundada em 21 de setembro de 2012, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sede provisória no Município de Maceió, Estado de Alagoas, na Rua Dr. Ciridião Durval, nº 72, Casa 2, Farol, Maceió-AL.

Art. 2º - O Instituto tem por finalidade prestar assistência social a pessoas carentes, com ênfase a pessoas idosas e crianças e adolescentes, podendo essa assistência ser estendida a todos quantos necessitem de amparo social, através de atividades pautadas na solidariedade, visando o pleno desenvolvimento do ser humano, podendo, para tanto, celebrar convênios e atuar em projetos em parceria com entidades públicas e privadas, de âmbito nacional e internacional.

Art. 3º - O Instituto também atuará na área de capacitação, esportes, lazer, saúde, educação, assistência social e moradia.

Art. 4º – No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto não fará qualquer discriminação de raça, ideologia, cor, sexo ou religião.

Art.5º - O Instituto poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

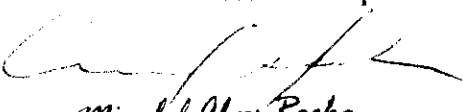
Art.6º – A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), o Instituto poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS



Art.7º – O Instituto é constituído por número ilimitado de associados, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas.

Art. 8º. Haverá as seguintes categorias de associados:

- 1) - Fundadores: os que assinarem a ata de fundação do Instituto;
- 2) – Beneméritos: são aqueles os quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados ao Instituto.
- 3) Honorários: aqueles que se fizerem credores dessa homenagem, por serviços de notoriedade prestados ao Instituto, por proposta da diretoria à Assembleia Geral,


Mirabel Alves Rocha
Advogado
OAB/AL 4488

Silvania Vieira Lima Alexandra
de Oliveira do Nascimento
Tribunal de Notas e 1º Registro de
Tribunal de Documentos e Outros Papéis
Rua Tiradentes, 101
Maceió - Alagoas - CEP 57020-200
Escravento

4) Contribuintes: os que pagarem a mensalidade estabelecida pela Diretoria.

Art. 9º São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I – votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II – tomar parte nas assembleias gerais.

Parágrafo único. Os associados beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.

Art. 10 – São deveres dos associados:

- I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II – acatar as determinações da Diretoria.

Parágrafo único. Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído do Instituto por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

Art. 11 – Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

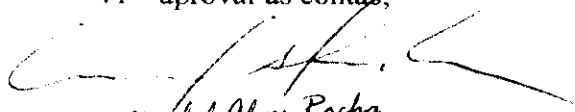
Art. 12 – O Instituto será administrado por:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria; e
- III – Conselho Fiscal.

Art. 13 – A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 14 – Compete à Assembleia Geral:

- I – eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II – destituir os administradores;
- III – apreciar recursos contra decisões da diretoria;
- III – decidir sobre reformas do Estatuto;
- III – conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- IV – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V – decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 33;
- VI – aprovar as contas;


Humberto Almeida Rocha
Advogado
OAB/AL 4489

Glivânia Vieira Lima Alexandre
3º Oficial de Notas e 1º Registrador de
Títulos e Documentos e Outros Papéis
Rua Tibúrcio Valério, 101
Núcleo 1004 - CEP 57020-200
Maceió - AL





VII – aprovar o regimento interno.

Art. 15 – A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

I – apreciar o relatório anual da Diretoria;

II – discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 16 – A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

I – pelo presidente da Diretoria;

II – pela Diretoria;

II – pelo Conselho Fiscal;

III – por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 17 – A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único – Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 18 – A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo Único – O mandato da diretoria será de 03 (três) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 19 – Compete à Diretoria:

I – elaborar e executar programa anual de atividades;

II – elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;

III – estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;

IV – entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

V – contratar e demitir funcionários;

VI – convocar a assembleia geral.

Art. 20 – A diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 21 – Compete ao Presidente:

I – representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;


II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;


III – convocar e presidir a Assembleia Geral;

IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V – assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras do Instituto;

Art. 22 – Compete ao Vice-Presidente:


Miguel Alves Rocha
Advogado
OAB/AL 4489


Glivânia Vieira Lima Alexandre
1ª Oficial de Notas e 1º Registro de
Títulos e Documentos e Outros Papéis
Sua Tibúrcio Valeriano, 101
Bairro - 51990-000 - 2011-2012

- I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 23 - Compete o Primeiro Secretário:

- I - secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II - publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 24 - Compete ao Segundo Secretário:

- I - substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

Art. 25 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II - pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III - apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV - apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V - apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII - manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII - assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras do Instituto.

Art. 26 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

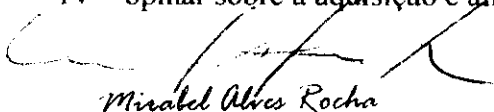
- I - substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

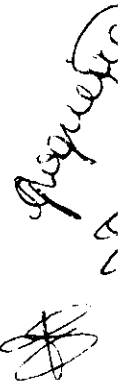
Art. 27 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 três (três) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, juntamente com os membros da diretoria.

- I - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.
- II - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 28 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros de escrituração da entidade;
- II - examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
- IV - opinar sobre a aquisição e alienação de bens.


Mirabel Alves Rocha
Advogado
OAB/AL 4489


Silvana Lima Alexandre
42 Ofício de Notas e 42 Registro de
Títulos e Documentos e Outros Poderes
Rua Tibúrcio Valério, 101
Alagoinha - Alagoas - CEP 57020-000

Parágrafo Único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 29 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 30 – A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 31 – O Instituto se manterá através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 32 – O Patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

Art. 33 – No caso de dissolução da Instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou entidade Pública.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


Art. 34 – O Instituto será dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 35 – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 36 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

O presente estatuto foi aprovado pela assembleia geral realizada no dia 21 de setembro de 2012.

Maceió, 21 de setembro de 2012.


Mirabel Alves Rocha
Advogado
OAB/AL 4489

Glivânia Vieira Lima Alexandre
Ofício de Notas e Registro de Imóveis e Documentos e Outros Papéis
Rua Tibúrcio Vaz de Almeida, 100
Cidade de Maceió - CEP 57010-000




Sandra Cavalcante Dias

SANDRA CAVALCANTE DIAS

Presidente

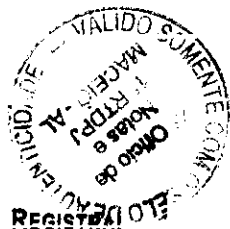
THAYSE DE PAULA ARAÚJO SIMAS

Secretária

Giovana Andreatto Nogueira

GIOVANA ANDREATTO NOGUEIRA

Tesoureira



AB492751



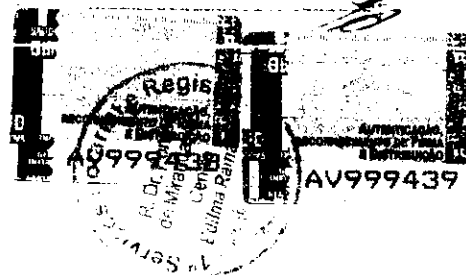
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DE MACEIÓ-AL

Rua Tibúrcio Valeriano, 101/105 - Centro - CEP: 57020-200 Maceió - AL
Fone: 82 3223 3568 / Fone/Fax: 82 3221 1725

OFICIAL: LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº. 5635921
O QUE CERTIFICO E DOU FÉ.

MACEIÓ-AL 08/01/2013



CARTÓRIO 002º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dr. Cincinato Pinto, 30
Centro - Maceió - AL - Fone: 3223 4452

Reconhecimento a(s) Firma(s) de Thayse de Paula Araujo Simas

Em testemunho da verdade DOU FÉ.

08 JAN 2013

☒ Maria Soletete de Araujo Oliveira - Tabelão
☒ Belª Marcia Denise de Araujo Probst - Substituta
☐ Maria Jose Gouveia Maciel - Escrevente
☐ Ozeneide Pereira Lima - Juramentador

Minabê Alves Rocha
Advogado
OAB/AL 4489

DECLARAÇÃO

O INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL,
por sua Presidente, abaixo assinada, vem declarar que se compromete a apresentar
demonstrativo com aplicação de recursos públicos que a entidade venha a receber,
conforme as exigências estabelecidas legalmente.

Maceió, 30 de abril de 2015.


SANDRA CAVALCANTE DIAS
Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, na qualidade de Presidente do INSTITUTO DO BEM ESTAR SOCIAL, que conforme o Art. 29, do Estatuto da entidade, nenhum membro da Diretoria, do Conselho Fiscal recebe remuneração por suas atividades desenvolvidas na associação.

Maceió, 30 de abril de 2015.



SANDRA CAVALCANTE DIAS
Presidente



Fl. n°. _____

Ass. _____

**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº001221/2015

Interessado : DEPUTADO RONALDO MEDEIROS

Assunto: Proposição de Projeto de Lei " Considera de Utilidade Pública o Instituto de Bem Estar Social ".

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente, vão os autos a Diretoria de Apoio Legislativo desta casa para que tome conhecimento e adote providências pertinentes.

Maceió/AL, 25 de maio de 2015.

Igor Dmitri de Sena Bitar
IGOR DMITRI DE SENA BITAR

Chefe de Gabinete